



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO: n° E-150/2018
PROCESSO FF. n.° 906/2018
OFERTA DE COMPRA N° 261101260452018OC00458
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 19/10/2018
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/11/2018 – as 09h00min

O Senhor Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, usando a competência delegada pelos artigos 3° e 7°, inciso I, do Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Av. Prof. Frederico Hermann Jr, 345 – Prédio 12 – 1° andar - São Paulo, SP – CEP 05459-900, licitação na Modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS** sob o regime de **empreitada por preço unitário**, que será regida pela Lei Federal n° 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n° 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1.Descrição. A presente licitação tem por objeto a **prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de etanol, gasolina comum, diesel comum, diesel ativado, diesel S10, e serviços complementares**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como **Anexo I**.

1.2. Os recursos que amparam a contratação são provenientes a Fonte de Recursos 004.001.001 – Programa de Trabalho 18.541.2618.50630000 – Natureza de Despesa 33.90.39 – Unidade Gestora – 26045.





2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1.Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2.Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa





ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f" do item 5.9, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os





requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Preços. Os preços mensal e total para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.2.3. Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. Data de referência. A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes na data da apresentação da proposta, que será considerada como referência de preços.

3.4. Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:





4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.1.4. Declarações e outras comprovações

4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999;





- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4.5. **Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA.** Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

- 4.1.4.5.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- 4.1.4.5.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- 4.1.4.5.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.5. Qualificação técnica

4.1.5.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

4.1.5.1.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou





serviços correspondentes a 60% (sessenta por cento) do objeto da licitação.

4.1.5.1.1.1. A comprovação a que se refere o item 4.1.5.1.1 poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

4.1.5.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

4.2. Disposições gerais.

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas





das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. **O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 1,00 (um real) e incidirá sobre o valor mensal.**

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:





5.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.7.Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8.Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores referenciais constantes do CADTERC; quando inexistentes tais valores, será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.





5.8.3.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 4.1.4 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 4.1.5, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 5.9, “a”, “b” e “c” deste Edital.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
- f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.
 - f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.





h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10.Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP/COOPERATIVA. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13.**Licitação fracassada.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1.**Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção “RECURSO”. A apresentação de





documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7. **Adjudicação.** A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. **Remissão ao Termo de Referência.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

9.1. **Remissão ao contrato.** Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

10. PAGAMENTOS

10.1. **Remissão ao contrato.** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com





o termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. Celebração do contrato. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, bem como a comprovação de regularidade perante a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

a) a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;





b) a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital.

11.2. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer no local e horário indicados pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.

11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não comparecer no horário e local indicados para a sua assinatura;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de





outra.

12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. **Garantia.** Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.1.1. A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.

13.2. **Modalidades.** A licitante vencedora poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

13.2.1. **Dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

13.2.2. **Títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.2.3. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.2.4. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital.

13.3. **Cobertura.** A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do





contrato;

13.3.2. prejuízos diretos causados à Unidade Compradora decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;

13.3.3. multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Compradora à contratada; e

13.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.4. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

13.4.1. Caso fortuito ou força maior;

13.4.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Compradora.

13.5. Validade da garantia. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia;

13.6. Readequação. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Unidade Compradora para fazê-lo.

13.7. Extinção. Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pela Unidade Compradora para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e





estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

15.3. Atas. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. Sigilo dos licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

- 15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;
- 15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7. Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





FUNDAÇÃO FLORESTAL

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS” e www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO”.

15.9. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16. ANEXOS

16.1. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de planilha de proposta;
Anexo III – Modelos de Declarações;
Anexo IV – Portaria FF/DE nº 279/2018; e
Anexo V – Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

Elisabeth Sutter
Subscritora do Edital

Rodrigo Levkovicz
Diretor Executivo





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Constitui objeto deste volume a **contratação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível**, compreendendo a distribuição, etanol, gasolina, diesel comum, diesel aditivado, diesel S10, e serviços complementares, troca de óleo de câmbio, óleo hidráulico, óleo de motor, filtro de ar, filtro de combustível, filtro de óleo, filtro de ar condicionado, palheta, fluido de freio, aditivos e lavagens para a frota de veículos automotores da Fundação Florestal, nos termos da legislação vigente.

O sistema tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços, integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

1.1. Abrangência Geográfica

1.1.1 Definição das Áreas Preferenciais para Abastecimento (APA)

- Áreas circunscritas num raio máximo de **10 (dez) km** das Unidades de Conservação, conforme locais e endereços no **anexo A** deste termo de referência, onde deverá existir um número mínimo de **01 (um)** posto credenciado, estruturado para fornecimento;
- Considerando que os veículos constantemente se deslocam para as diferentes regiões da cidade, além da obrigatoriedade de credenciamento de postos no raio previamente definido próximo à base operacional, será solicitado, no mínimo, **(01) um** posto para cada uma das regiões administrativas (centro, norte, sul, leste, oeste);
- A Contratada deverá operar, por meio de rede de postos credenciados, nas Áreas Preferenciais que atendam de imediato, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das **Unidades de Conservação, conforme locais e endereços no anexo A do termo de referência**, e os 50% (cinquenta por cento) restantes deverão ser credenciados no prazo máximo previsto de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da formalização do contrato;
- Caso a Contratada não possua posto credenciado nas áreas preferenciais das bases onde se exige apenas **01 (um)** posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo Contratante no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos após a assinatura do contrato.
- Possibilidades de EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS, em decorrência do histórico de frequência de viagens:
- A Contratada deverá ter postos credenciados preferencialmente em todos os municípios do Estado de São Paulo e deverá manter, no mínimo, **01 (um)** posto credenciados por município; ou,
- A Contratada deverá ter postos credenciados nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, devendo manter, no mínimo, **01(um)**





- postos credenciados; ou,
 - A Contratada deverá manter, no mínimo, **01 (um)** posto credenciado a cada 150 (duzentos e cinquenta) km nas estradas pavimentadas Estaduais e Federais localizadas no município de São Paulo;
 - Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas acima, o prazo para credenciamento deverá ser de, no máximo **15 (quinze) dias** corridos, contados da data da formalização do contrato.
- 1.2. Rede de Postos Credenciados**
 - 1.2.1. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de **segunda-feira a sábado das 07h00 às 20h00**, na área circunscrita da Área Preferencial para Abastecimento, devendo haver ao menos, **01 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana**.
 - 1.2.2. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do Contratante, deverá ser efetivado pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.
 - 1.2.3. Os postos credenciados para as unidades que possuam veículos das categorias caminhões, cavalo mecânico e equipamentos automotivos deverão contar em suas instalações com área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento ou unidade móvel de abastecimento.
 - 1.2.4. As eventuais alterações ou mudança dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Contratante, via internet ou no sistema instalado pela empresa.
 - 1.2.5. Cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
 - 1.2.6. A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
- 1.3. Sistema de Abastecimento**
 - 1.3.1. O Contratante fornecerá à Contratada o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados, contendo os seguintes dados:
 - Tipo da frota (própria, locada ou convênio);
 - Prefixo;
 - Placas;
 - Marca;
 - Modelo;
 - Chassi;
 - Tipo de Combustível;
 - Ano de fabricação do veículo;
 - Lotação (Unidade e Código do Centro de Custo, se houver);
 - Capacidade do tanque;
 - Hodômetro;
 - Nome, registro funcional e Unidade dos condutores; e,
 - Base operacional da frota.
 - 1.3.2. O sistema tecnológico Integrado viabilizará o pagamento do abastecimento





de combustíveis, bem como dos demais serviços utilizados.

- 1.3.3. Cada veículo terá um único cartão magnético ou micro processado.
- 1.3.4. Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.
- 1.3.5. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/ desbloqueio/ troca de senha de forma on-line e instantânea.
- 1.3.6. Para cada veículo, o sistema deverá permitir um limite de crédito determinado pelo Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem a sua autorização por escrito. Os abastecimentos e os serviços realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da Contratada.
- 1.3.7. O sistema ainda deverá permitir, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem a autorização expressa do Gestor do Contrato.
- 1.3.8. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.
- 1.3.9. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
 - Identificação do posto (nome e endereço);
 - Identificação do veículo (placa);
 - Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
 - Tipo de Combustível e/ou serviço utilizado;
 - A data e hora da transação;
 - Quantidade em litros;
 - Valor da operação;
 - Identificação do Condutor (nome e registro);
 - Centro de custo por Unidade.
- 1.3.10. Nos casos de viagem para outros estados ou mesmo cidades que não possuam postos credenciados, o sistema deve permitir que os abastecimentos e os usos de serviços realizados sejam registrados manualmente, conforme solução a ser definida e apresentada pela Contratada.
- 1.3.11. O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões da Contratada devem compreender, no mínimo:
 - a) Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento que efetuar a operação;
 - b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, dos condutores, do consumo e de quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros definidos pela Contratante;
 - c) Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:
 - Para a frota: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros;
 - Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em Reais por transação e em Reais por mês;





- Para o posto de combustível: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto a Fazenda Estadual. A consulta dos postos penalizados pode ser feita através do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>;
 - Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.
- d) Cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
- e) Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;
- f) Relação dos equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela Contratada, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para o Contratante;
- g) A exportação de dados para o software de gestão de frota disponibilizado ao Contratante, permitindo a leitura de arquivos “.txt”, “.csv” ou “.xml” e ainda a possibilidade de layout e formatação de campos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado;
 - Data do abastecimento;
 - Quilometragem no momento do abastecimento;
 - Tipo de combustível;
 - Valor total do abastecimento;
 - Valor unitário do abastecimento por litro;
 - Quantidade em litros;
 - Identificação do veículo;
 - Natureza de outros serviços utilizados;
 - Valor unitário do serviço utilizado;
 - Valor total do serviço utilizado; e
 - Centro de custo Unidade.
- h) O fornecimento, para o Contratante, do cadastro dos postos credenciados para a realização da migração dos dados ao sistema do Contratante, com as seguintes informações:
- Nome Fantasia;
 - Razão Social;
 - CNPJ;
 - Inscrição Estadual;
 - Endereço;
 - Bairro;
 - Cidade;
 - Telefone;
 - Fax;
 - Contato;
 - CEP.
- i) Garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada

1.4. Relatórios

1.4.1. A Contratada deverá disponibilizar acesso ao software de Gestão de Abastecimento compatível com o modelo definido pelo Contratante;





1.4.2. O Contratante deverá estabelecer para cada unidade o nível de permissão (“consulta” / “administração”) do acesso ao software de Gestão de Abastecimento, de modo que um ou mais usuários possam ter acesso completo ou parcial aos dados referentes à frota, de acordo com suas respectivas atribuições e responsabilidades;

1.4.3. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

a) Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro de custo, se houver;

b) Histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- Data;
- Hora;
- Identificação do estabelecimento;

- Identificação do condutor;
- Identificação do veículo (placas);
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- Tipo de Combustível;
- Quantidade em litros adquiridos;
- Valor unitário por tipo de combustível;

- Valor total da operação em R\$ (reais);
- Tipo e valor do serviço utilizado;
- Centro de custo (por código/Unidade de Conservação/produto e serviço/ quantidade e valor total);
- Demonstrativo mensal de consumo e combustível- DMCC (por placas, KM e consumo de combustível (gasolina, álcool e diesel).

c) Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

d) Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Contratante;

e) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

f) Informar, quinzenalmente, os preços históricos unitários em R\$/l contratados na última quinzena. Devem vir organizados por tipo de combustível e ordenados do menor valor para o maior (ordem crescente de valor), com respectivo nome do posto e por região;

g) Volume de litros gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

h) Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros;

i) Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso; e,

j) Desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.

1.5. Implantação

1.5.1. A Contratada deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais do Contratante no prazo estabelecido pelo Contratante, contado a partir da data da assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo definido a seguir:





Atividades	Assinatura do Contrato	Implantação do Sistema (em dias)				
		10	15	20	25	30
Cadastramento dos veículos e usuários no Sistema de Gestão da Contratada						
Confecção e fornecimento dos cartões individuais						
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados						
Treinamento dos condutores e gestores das subfrotas.						
Credenciamento dos postos necessários para atendimento das bases operacionais.						

1.5.2. O processo de implantação do sistema pela Contratada compreende as seguintes atividades:

- Cadastramento dos veículos;
- Cadastramento dos usuários;
- Definição da logística da rede de postos credenciados;
- Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- Treinamento dos condutores e gestores;
- Fornecimento dos cartões para os veículos;

1.6. Treinamento dos Condutores e Gestores

1.6.1. A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

- Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito.
- Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.
- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.
- Aplicação prática do Sistema.
- Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

1.7. Preços dos Combustíveis

1.7.1. A Contratada disponibilizará por meio eletrônico informações quinzenais dos preços históricos referente aos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em Reais (R\$), por tipo de combustível, ordenados por município, e por valor em ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.

1.7.2. O Contratante estabelecerá, como limite e parâmetro restritivo para utilização do cartão, o preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento por município onde está instalada a base operacional da frota, disponibilizado no endereço eletrônico da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis





(www.anp.gov.br) para os diversos tipos de combustíveis.

1.7.3. O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter redução do preço de bomba dos combustíveis nas áreas preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

1.7.4. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

1.8. Segurança no Fornecimento

1.8.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente. Esse procedimento visa a garantia da manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do Contratante. Para isso, a rede credenciada deve obter, por telefone, o número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da Contratada.

1.8.2. A Contratada deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet. Para tal serviço, deve possuir uma central de atendimento com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias do ano, que permita ao Contratante o acesso por meio de ligação local, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Para a prestação dos de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, cabe à Contratada:

- 2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente;
- 2.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;
- 2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 2.6. Designar preposto para representar a Contratada na execução do contrato;
- 2.7. Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões microprocessados para cada veículo cadastrado e informado pelo





- Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do Contratante;
- 2.8. Ministrar treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema;
 - 2.9. Credenciar somente postos que não estejam relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da Lei Estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005 e Portaria da Secretaria da Fazenda CAT 02/11.
 - 2.10. Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da Lei Estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005 e Portaria CAT 02/11.
 - 2.11. Não credenciar e/ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e CETESB.
 - 2.12. Comunicar ao Contratante quando da transferência, retirada e/ou substituição de postos credenciados.
 - 2.13. Atender, de imediato, às solicitações do Contratante quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
 - 2.14. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.
 - 2.15. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
 - 2.16. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo Contratante, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.
 - 2.17. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão, movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera, preferencialmente movidos a etanol.
 - 2.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados.
 - 2.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do Contratante:

- 3.1. Fornecer à Contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custos, se houver;
- 3.2. Identificar todos os veículos tipo "flex" como consumidores exclusivos de etanol;
- 3.3. Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- 3.4. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstos no edital, no termo de referência, na proposta e no contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;





- 3.5. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- 3.6. Prestar à Contratada e a seus representantes e funcionários todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 3.7. Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário;
- 3.8. Responsabilizar-se pelo recolhimento do Comprovante de Abastecimento e/ou de Serviço e da correspondente nota fiscal de cada transação efetuada;
- 3.9. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela Contratada, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando à Contratada, via sistema e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;
- 3.10. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.

4. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados. Para isso:

- 4.1. A fiscalização do Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço;
- 4.2. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada, efetivando a avaliação periódica.
- 4.3. Executar a medição dos serviços contratados, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

ANEXO II TABELA DE QUANTITATIVOS E LOCAIS

1. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

1.1. COMBUSTÍVEIS:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PREVISÃO DE CONSUMO MENSAL (em Litros)	PREVISÃO DE CONSUMO TOTAL (12 Meses)
Gasolina	61	536	6.432
Etanol	71	11.391	136.692
Diesel comum	80	4.878	58.536
Diesel S10	11	1.000	12.000

1.1.1. No dimensionamento dos quantitativos por tipo de combustível, deverá ser observado que os veículos "flex" utilizarão exclusivamente etanol, propiciando vantagens ambientais e econômicas.





1.1.2. Deverá ser prevista, ainda, uma pequena quantidade de gasolina que suprirá as necessidades da reserva para acionamento de partida do motor.

1.2. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

1.2.1. ÓLEOS LUBRIFICANTES E OUTROS SERVIÇOS:

TIPO DE PRODUTO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PREVISÃO CONSUMO (SEMESTRAL)	PREVISÃO DE CONSUMO TOTAL (12 MESES)
Óleo de cambio	60	30	60
Óleo hidráulico	24	24	48
Óleo de motor	46	270	540
Fluido de freio	30	12	24
Arla	1	6	12
Filtro de ar	30	12	24
Filtro de combustível	30	12	24
Filtro de ar condicionado	06	6	12
Filtro de óleo	30	48	96
Palheta	30	18	36
Aditivo	30	6	12

1.2.2. LAVAGENS:

PORTE DO VEICULO	LAVAGEM	QUANTIDADE PREVISTA MENSAL	QUANTIDADE PREVISTA TOTAL (12 MESES)
Grande/Médio Pequeno	Simples/Completa	25	300

**2. RELAÇÃO DOS LOCAIS E VEÍCULOS.**

2.1. Os endereços das bases operacionais onde se encontram os veículos sob a responsabilidade do Contratante estão relacionados na tabela a seguir:

ANEXO A		
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES COM RESPECTIVOS ENDEREÇOS E MUNICÍPIOS		
Sede da Fundação Florestal	Avenida Professor Frederico Hermann Junior nº 345 - Alto de Pinheiros - CEP: 05459-010	São Paulo
Parque Estadual da Cantareira	Rua do Horto, 1977 - Horto Florestal - CEP 02377-000	São Paulo
Parque Ecológico do Guarapiranga	Estrada da Riviera, 3286 - Guarapiranga - SP - CEP 05184-000	São Paulo
Parque Estadual do Jaraguá	Rua Antonio Cardoso Nogueira, 539 - Jaraguá - SP - CEP 05184-000	São Paulo
Gerência do Vale do Paraíba	Avenida Professor Frederico Hermann Junior nº 345 - Alto de Pinheiros - CEP: 05459-010	São Paulo
Estação Ecológica Itapeti	Avenida Professor Frederico Hermann Junior nº 345 - Alto de Pinheiros - CEP: 05459-010	São Paulo
APA Campos do Jordão e Sapucaí Mirim	Av. Pedro Paulo, s/nº - Horto Florestal — CEP 12460-000	Campos do Jordão
APA Corumbataí e Piracicaba Juqueri Mirim (Area I)	Rua Cardoso de Almeida, 2.839 — CEP 18605-560	Botucatu
APA Marinha Litoral Norte	Rua Esteves da Silva, 150 Centro - CEP 11680-000	Ubatuba
APA Morro de São Bento	Av. Fabio Barreto, 41 – Vila Tibério — CEP 14050-000	Ribeirão Preto
APA São Francisco Xavier	Rodovia Oswaldo Cruz, km 14 – - CEP 12010-970 Caixa Postal 102	Registro
APA Sistema Cantareira Piracicaba Juqueri Mirim Área II	Rodovia Heitor Penteado, km 3,5 – - CEP 13092-546	Campinas
Estação Ecológica de Bananal	Rod. Oswaldo Cruz, km 14 - CP 102, Bairro do Registro - CEP 12010-970	Taubaté



Estação Ecológica Caetetus	Rod. SP 331 km 186 - CEP 19970-000	Gália
Estação Ecológica Chauás	Praça Engenheiro Green Halg, 110 - CEP 11920-000	Iguape
Estação Ecológica Itaberá	Rodovia SP - 258 - km 312 - Bairro Eng ^o Maia - CEP 18440-000	Itaberá
Estação Ecológica Jataí	Estrada da Fazenda Jataí, s/n ^o - Luis Antônio -SP CEP 14210-000	Luiz Antônio
Estação Ecológica Juréia Itatins	Estrada do Guaraú, 4.164 - CP 159 - CEP 11750-000	Peruíbe
Estação Ecológica Paranapanema	Rod. Raposo Tavares km 241 - CEP 18720-000	Paranapanema
Estação Ecológica Paulo de Faria	Rua Bom Jesus, 1.111 - CEP 15490-000	Paulo de Faria
Estação Ecológica de Ribeirão Preto	Rua Afonso Arinos, 842 - Vila Virginia -CEP 14030-530	Ribeirão Preto
Estação Experimental de Bauru	Av. Rodrigues Alves - Quadra 3 - 25 - Bairro Redentor - CEP 13700-000	Bauru
Estação Experimental de Luis Antonio	Estrada Luis Antonio - km 3 - Fazenda Jataí] - SP - CEP 14210-000	Luiz Antonio
Floresta Estadual Navarro de Andrade	Av. Navarro de Andrade, s/n - Bairro Horto Florestal - CEP 13500-970	Rio Claro
Marina Pier Saco da Ribeira	Av. Plínio de França, 85 - Fundação Florestal - CEP 11680-000	Ubatuba
Monumento Natural Pedra Grande	Estrada Municipal do Juca Sanches, 400 Jd. Brogotá - CEP 12954-070	Atibaia
Parque Estadual Campina do Encantado	Rua Santo Saete, 262 - Pariquera-Açu - SP - CEP 11990-000	Pariquera-Açu
Parque Estadual Campos do Jordão	Av. Pedro Paulo, s/n - Campos do Jordão - SP - CEP 12460-000	Campos do Jordão
Parque Estadual Carlos Botelho	Rodovia SP 139, km 78,4 - B. do Abaitinga - São Miguel Arcanjo - SP - CEP 18230-000	São Miguel Arcanjo
Parque Estadual Caverna do Diabo	Rua Leôncio Marques Freitas da Silva, 248 - Centro - Cep:11960-000 - Eldorado-SP	Eldorado
Parque Estadual Furnas do Bom Jesus	Av. Orestes Quércia, km 2,5 - Pedregulho - SP - CEP 14470-000	Pedregulho



Parque Estadual Ilha do Cardoso	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n - Cananéia - SP - CEP 11990-900	Cananéia
Parque Estadual Ilha Anchieta	Av. Plínio de França, 85 - Fundação Florestal - Ubatuba - SP - CEP 11680-970	Ubatuba
Parque Estadual Ilhabela	R. Morro da Cruz, 608 - Ilhabela - SP - CEP 11630-970	Ilhabela
Parque Estadual Intervales	Estrada Municipal, km 25 - Intervales - Ribeirão Grande - SP - CEP 18315-000	Ribeirão Grande
Parque Estadual Lagamar de Cananéia	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n - Cananéia - SP - CEP 11990-900	Cananéia
Parque Estadual Juquery	Rua Miguel Segundo Lerussi, s/n, Franco da Rocha - SP - CEP 07780-000	Franco da Rocha
Parque Estadual Jurupará	Estrada Turística Cachoeira do França, Km 13,5 - CEP 18150-000	Ibiúna/Juquitiba
Parque Estadual Marinho Laje de Santos	Avenida Tupiniquins, nº 1009 - Japuí - CEP 11325-000	São Vicente
Parque Estadual Morro do Diabo	Rodovia SPV 28 - Km 11 - CEP 19280-000	Teodoro Sampaio
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR	Av. Isidoro A. Santiago, 364 - CEP 18320-000	Apiáí
Parque Estadual Porto Ferreira	Rodovia SP-215 km 89 — CEP 13660-000	Porto Ferreira
Parque Estadual Restinga de Bertiooga	Rua Gonçalo da Costa, 140 - Centro - CEP 11250-000	Bertiooga
Parque Estadual Aguapeí	Rua São Salvador, 983 - Centro - CEP 17890-000	Junqueirópolis
Parque Estadual Rio do Peixe	Rua São Salvador, 983 - Centro - CEP 17890-000	Junqueirópolis
Parque Estadual Rio Turvo	Rodovia Régis Bittencourt, km 511/Sul B° Capelinha - CEP 11950-000	Cajati
Parque Estadual Vassununga	Rodovia SP 330, km 245 - CEP 13670-000	Santa Rita Passa Quatro
Parque Estadual Xixová-Japuí	Avenida Tupiniquins, nº 1009 - Japuí - CEP 11325-000	São Vicente



PESM Núcleo Caraguatatuba	R. do Horto, 1200 - Rio do Ouro - CEP 11675-736	Caraguatatuba
PESM Núcleo Cunha	Praça Midair José Teodoro, nº 101 - Areião - CEP 12530-000	Cunha
PESM Núcleo Curucutú	Rua Dom Sebastião Leme, nº 135 - Jardim Ivoty - CEP 11740-000	Itanhaém
PESM Núcleo Itutinga Pilões	Estrada Elias Zarzur, Km 8, s/nº - CEP 11548-000	Cubatão
PESM Núcleo Itariru	Estrada do Caracol , nº 410 - Bairro Caracol - CEP 11790-000	Pedro de Toledo
PESM Núcleo Picinguaba	Rua Dr. Esteves da Silva, nº 510 – Centro - CEP 11680-000	Ubatuba
PESM Núcleo Santa Virgínia	Rodovia Dr. Oswaldo cruz, km 78 – Alto da Serra - CEP 12140-000	São Luis do Paraitinga
PESM Núcleo São Sebastião	Rua Serra do Mar, 13 - Juqueí - CEP 11600-000	São Sebastião
RDS Itapanhapima	Wladimir Besnard s/nº - Morro São João - CEP 11990-000	Cananéia
RDS Lavras	Rua Bacuri, 201 - Botujuru - CEP 11940-000	Jacupiranga
RDS Pinheirinhos	Rua Bacuri, 201 - Botujuru - CEP 11940-000	Jacupiranga
RDS Quilombos de Barra do Turvo	Avenida Clara Gianotti de Souza, 1139 - Centro - CEP 11900-000	Registro



3. RELAÇÃO DE VEÍCULOS

3.1. Os veículos sob a responsabilidade do Contratante estão relacionados na tabela a seguir:

RELAÇÃO DE VEÍCULOS - ANEXO B

Nº	PLACA	MARCA	MODELO	TIPO	COR	ANO FAB.	COMB	DIRETORIA	GERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO
1	BFG-5811	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	1997	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	EEC BANANAL
2	BRZ-4251	VW	7.100	CAMINHÃO	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
3	BSV-2771	VW	GOL	AUTOMOVEL	PRATA	1999	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
4	BSV-8491	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	CINZA	2000	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
5	BYZ-1501	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
6	BYZ-2491	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2006	GASOLINA	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITARIRU
7	CDV-1141	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY
8	CMW-0171	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
9	CXJ-0561	GM	MONTANA	CAMINHONETE	BRANCA	2006	FLEX	DMI	INTERIOR OESTE	EEC PAULO DE FARIA
10	DJL-8731	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2011	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE NASCENTES DO PARANAPANEMA
11	DJL-9311	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2011	FLEX	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	GERÊNCIA VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL
12	DJP-4521	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DMI	INTERIOR OESTE	APA CBT - BOTUCATU
13	DJP-4531	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.PICINGUABA
14	DJP-8531	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA





15	EHL-4441	HONDA	NXR 150	MOTO	VERMELHA	2012	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PE RESTINGA DA BERTIOGA
16	FJG-9441	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE ITABERABA
17	GJN-9061	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE FURNAS DO BOM JESUS
18	BFG-5332	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	1995	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
19	BYZ-1502	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	EEC ITABERÁ
20	BYZ-1522	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
21	BYZ-2492	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2006	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
22	CDV-1102	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.CURUCUTU
23	CDV-1332	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
24	CMW-0152	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2002	ALCOOL	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA ANCHIETA
25	CMW-0192	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
26	CMW-0202	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY
27	CMW-1452	VW	13.180	CAMINHÃO	BRANCA	2003	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
28	DJP-8502	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
29	DJP-8532	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
30	DRG-5442	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2005	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	EEC RIBEIRAO PRETO
31	DUV-9422	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	PRETA	2006	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	PE AGUAPEI
32	FQB-8912	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	BRANCA	2015	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.CARAGUATATUBA





33	FSR-9352	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE CANTAREIRA
34	BFG-5803	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	1997	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
35	BRZ-3283	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
36	BRZ-4003	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
37	BYZ-1223	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
38	BYZ-1233	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITARIRU
39	BYZ-1403	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2004	GASOLINA	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
40	BYZ-1493	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	RDS DO DESPRAIADO
41	BYZ-1513	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE VASSUNUNGA
42	BYZ-2493	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2006	GASOLINA	DLN	BAIXADA SANTISTA	PE XIXOVA JAPUI
43	CDV-1103	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JARAGUA
44	CDV-1813	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2000	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
45	CMW-0163	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
46	CXJ-0553	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2006	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE FURNAS DO BOM JESUS
47	CYE-4873	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2005	DIESEL	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
48	DFT-2013	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
49	DJL-8733	CHEVROLET	MONTANA	CAMINHONETE	BRANCA	2011	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	RDS DE LAVRAS
50	DJP-4513	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2006	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY



51	DJP-4533	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
52	DJP-4543	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PE XIXOVA JAPUI
53	DLG-1493	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2005	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE ARA - ASSESSORIA DE REFORMA AGRÁRIA
54	GCB-8443	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	BRANCA	2015	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA BELA
55	BFG-5314	HONDA	XL 125	MOTO	VERMELHA	1993	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	EEC BANANAL
56	BFG-5324	HONDA	XL 125	MOTO	VERMELHA	1993	GASOLINA	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.CARAGUATATUBA
57	BFG-5344	HONDA	XL 125	MOTO	VERMELHA	1995	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
58	BRZ-4094	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
59	BRZ-4874	VW	12.140 H	CAMINHÃO	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
60	BSV-5974	GM	CHEVROLET	CAMINHONETE	BEGE	1985	ALCOOL	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
61	BYZ-1234	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
62	BYZ-1514	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE DO PRELADO
63	BYZ-1534	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE PORTO FERREIRA
64	CDV-1814	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2000	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
65	CMW-0204	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
66	CMW-0544	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
67	CMW-3574	FORD	F12000 160	CAMINHÃO	BRANCA	2004	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
68	CMW-3964	VW	13.180	CAMINHÃO	BRANCA	2005	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES





69	CVA-9154	CHEVROLET	BLAZER	PERUA	BRANCA	2000	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
70	CYE-4874	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
71	CYX-7554	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2007	DIESEL	DMI	INTERIOR OESTE	EEC CAETETUS
72	DJL-9304	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2011	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	GERÊNCIA INTERIOR CENTRO-NORTE
73	DJL-9314	Toyota	COROLLA	AUTOMOVEL	PRETA	2011	FLEX	DE	FF / SEDE	FF / SEDE
74	DJP-1784	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	RDS QUILOMBOS DE BARRA DO TURVO
75	DJP-2424	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
76	DJP-2474	FIAT	FIORINO	UTILITARIO	BRANCA	2006	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
77	DJP-8024	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2008	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	EEC ITABERÁ
78	DJP-8534	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
79	DOP-8534	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	PRETA	2006	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	EEC PAULO DE FARIA
80	DUV-9404	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	PRETA	2006	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
81	EEF-8114	FORD	FIESTA	AUTOMOVEL	BRANCA	2009	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	GERÊNCIA INTERIOR CENTRO-NORTE
82	FJC-2464	FORD	KA	AUTOMOVEL	BRANCA	2018	FLEX	DLS	DIRETORIA LITORAL SUL	DIRETORIA LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA
83	FJX-1054	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY
84	FIV-3854	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DA PEDRA GRANDE
85	BFG-5005	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	1995	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE PORTO FERREIRA
86	BFG-6785	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2001	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA



87	BRZ-7355	GM	IMP/GMC 6.150	CAMINHÃO	BRANCA	1996	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.CARAGUATATUBA
88	BRZ-7675	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	VERDE	1996	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA BELA
89	BVZ-0215	MERC. BENZ	SPRINTER	VAN	BRANCA	1997	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
90	BYZ-1215	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
91	BYZ-1235	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
92	BYZ-2665	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	VERMELHA	2008	GASOLINA	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA ANCHIETA
93	CDV-1065	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	EEC BANANAL
94	CDV-1815	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2000	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	EEC JATAÍ
95	CMW-0155	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
96	CMW-1435	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2005	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
97	CMW-3565	PEUGEOT	BOXER 16 LUG	VAN	BRANCA	2004	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
98	DJL-9305	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2011	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
99	DJP-4555	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DMI	INTERIOR OESTE	APA CBT - BOTUCATU
100	DJP-4565	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CAVERNA DO DIABO
101	DJP-8535	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	APA CAMPOS DO JORDÃO
102	DRL-3465	VW	KOMBI	PERUA	BRANCA	2005	ALCOOL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE PORTO FERREIRA
103	EOB-4065	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2011	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE CANTAREIRA
104	FBM-4725	MINI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2014	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITARIRU



105	GBK-0655	RENAULT	DUSTER	AUTOMOVEL	BRANCA	2015	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.CAMINHOS DO MAR
106	GII-4355	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	MONUMENTO NATURAL ESTADUAL PEDRA DO BAÚ
107	BFG-5316	HONDA	XL 125	MOTO	VERMELHA	1993	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
108	BFG-6786	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2001	GASOLINA	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
109	BHQ-5336	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1987	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
110	BVZ-0316	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	VERDE	1997	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
111	BVZ-6496	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1989	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
112	BYZ-1376	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2004	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
113	CDV-1326	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
114	CMW-3556	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2004	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
115	CMW-3566	VW	SAVEIRO	CAMINHONETE	BRANCA	2004	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CAVERNA DO DIABO
116	CMW-3576	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2004	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
117	CYE-4876	VW	COMIL BELLO M	MICRO-ÔNIBUS	BRANCA	2005	DIESEL	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
118	DFR-5796	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
119	DJL-8736	FORD	TRANSIT 350L BUS	VAN	BRANCA	2011	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
120	DJP-1906	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2008	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE FURNAS DO BOM JESUS
121	DJP-6466	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2008	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	APA CBT - CORUMBATAÍ
122	DJP-8536	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA



123	DUV-9416	HONDA	XR 250	MOTO	PRETA	2006	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	PE AGUAPEI
124	EEF-7106	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2009	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
125	FSB-5846	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	BRANCA	2015	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.SÃO SEBASTIÃO
126	FCL-9166	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2014	FLEX	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
127	FXT-5886	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE VASSUNUNGA
128	BFG-5427	HONDA	XR 200R	MOTO	VERMELHA	1995	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CAVERNA DO DIABO
129	BFG-6787	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2001	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
130	BRZ-5847	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	BRANCA	1995	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY
131	BVZ-0227	FORD	F4000	CAMINHÃO	BRANCA	1997	DIESEL	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITUTINGA PIÕES
132	BVZ-0327	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	1998	GASOLINA	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JUQUERY
133	BYZ-1227	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
134	BYZ-1487	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE VASSUNUNGA
135	BYZ-1497	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	EEC CAETETUS
136	CDV-1067	MERC. BENZ	SPRINTER	VAN	BRANCA	2001	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.PICINGUABA
137	CMW-0157	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
138	CMW-0197	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
139	CMW-3557	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2004	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
140	CMW-3567	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2004	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO



141	CMW-3577	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2004	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
142	DFR-5837	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
143	DJL-8737	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2011	FLEX	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
144	DJL-9317	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2011	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	APA ITUPARARANGA
145	DJM-2167	FIAT	PALIO	PERUA	BRANCA	2012	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JARAGUA
146	DJP-2447	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2005	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE CANTAREIRA
147	DJP-4517	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PE MARINHO DA LAJE DE SANTOS
148	DJP-4527	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2006	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
149	DJP-8537	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
150	DOI-5357	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	VERMELHA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	EEC RIBEIRAO PRETO
151	FCN-5647	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2014	FLEX	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	APA ILHA COMPRIDA
152	GJD-7057	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE ITAPETINGA
153	BFG-5328	HONDA	XL 125	MOTO	VERMELHA	1993	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
154	BFG-5428	HONDA	XR 200R	MOTO	VERMELHA	1995	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE RIO TURVO
155	BSV-5628	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	1999	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
156	BVZ-6558	MERC. BENZ	MERC. BENZ/O 362	ÔNIBUS	VERDE	1979	DIESEL	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
157	BYZ-1208	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.CURUCUTU



158	BYZ-1508	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
159	BYZ-1518	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	BRANCA	2005	GASOLINA	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
160	BYZ-2658	HONDA	NXR125 BROS KS	MOTO	VERMELHA	2008	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE ILHA DO CARDOSO
161	CMW-0158	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2002	ALCOOL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
162	CMW-3558	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2004	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
163	CMW-8498	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2004	FLEX	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
164	DJL-8748	CHEVROLET	MONTANA	CAMINHONETE	BRANCA	2011	FLEX	DMI	INTERIOR OESTE	GERÊNCIA DO INTERIOR OESTE
165	DJP-1788	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2006	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	MARINA PIER DO SACO DA RIBEIRA
166	DJP-1798	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2006	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
167	DJP-2438	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2005	FLEX	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
168	DJP-3148	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2008	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE VASSUNUNGA
169	DJP-8538	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE CAMPINA DO ENCANTADO
170	EEF-0238	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2009	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	APA SISTEMA CANTAREIRA
171	EVE-2518	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2013	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PE RESTINGA DA BERTIOGA
172	FVB-9818	FORD	KA	AUTOMOVEL	BRANCA	2018	FLEX	DE	DIRETORIA METROPOLITANA E INTERIOR	DIRETORIA METROPOLITANA E INTERIOR
173	FZL-9418	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	MOTO	BRANCA	2015	FLEX	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
174	FQJ-6248	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JARAGUA



175	FQE-9268	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	EEC JATAÍ
176	PBI-7498	TOYOTA	ETIOS HB X STD MT	AUTOMOVEL	BRANCA	2018	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITARIRU
177	BFG-1289	TOYOTA	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	CINZA	1991	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
178	BFG-5429	HONDA	XR 200R	MOTO	VERMELHA	1995	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE FURNAS DO BOM JESUS
179	BFG-6849	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2001	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
180	BRZ-4009	VW	7.100	CAMINHÃO	BRANCA	1995	DIESEL	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE CAMPINA DO ENCANTADO
181	BRZ-7669	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	VERDE	1996	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
182	BSV-5969	GM	CHEVROLET 60	CAMINHÃO	VERDE	1979	GASOLINA	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
183	BVZ-0219	FORD	F1000	CAMINHÃO	BRANCA	1997	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.SANTA VIRGINIA
184	BVZ-6609	GM	D40 CUSTOM	CAMINHÃO	BRANCA	1989	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
185	BYZ-1239	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
186	BYZ-1409	HONDA	XR 250	MOTO	BRANCA	2004	GASOLINA	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.CURUCUTU
187	CDV-1889	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PESM N.PICINGUABA
188	CMW-0149	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2002	ALCOOL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE PORTO FERREIRA
189	CMW-0169	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
190	CMW-0199	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
191	CMW-3559	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2004	DIESEL	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA BELA
192	CMW-3569	VW	KOMBI	PERUA	BRANCA	2004	ALCOOL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO



193	CMW-3939	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2005	FLEX	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE CAMPINA DO ENCANTADO
194	CXJ-0549	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2006	FLEX	DMI	INTERIOR OESTE	PE AGUAPEI
195	DEB-8569	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2001	DIESEL	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	PE JARAGUA
196	DIT-8279	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2003	ALCOOL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	APA SÃO FRANCISCO XAVIER
197	DJP-2449	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2005	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	PE ILHA BELA
198	DJP-4519	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2006	FLEX	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
199	DJP-8539	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
200	FAO-0429	RENAULT	DUSTER	CAMINHONETE	BRANCA	2017	FLEX	DLN	DIRETORIA LITORAL NORTE E BAIXADA SANTISTA	DIRETORIA LITORAL NORTE E BAIXADA SANTISTA
201	GHE-6699	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	BRANCA	2018	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
202	BFG-5430	HONDA	XR 200R	MOTO	VERMELHA	1995	GASOLINA	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PESM N.CUNHA
203	BFG-6850	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2001	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	EEC JUREIA ITATINS
204	BRZ-7680	LAND ROVER	DEFENDER	CAMINHONETE	VERDE	1996	DIESEL	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	EEC BANANAL
205	BVZ-0630	FORD	COURIER CLX	CAMINHONETE	PRATA	1998	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	PE MORRO DO DIABO
206	BYZ-1220	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
207	BYZ-1240	HONDA	XR 200R	MOTO	BRANCA	2002	GASOLINA	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE JURUPARA
208	CDV-2500	VW	13.150	CAMINHÃO	BRANCA	2000	DIESEL	DAF	FF / SEDE	FF / SEDE
209	CMW-0200	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	BRANCA	2002	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE CARLOS BOTELHO
210	CMW-3560	VW	SAVEIRO	CAMINHONETE	BRANCA	2004	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	PE PORTO FERREIRA



211	CMW-3570	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2004	FLEX	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	EEC JATAÍ
212	DJL-8760	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2011	FLEX	DMI	REGIÃO METROPOLITANA	MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DA PEDRA GRANDE
213	DJL-9280	VW	GOL	AUTOMOVEL	BRANCA	2011	FLEX	DLN	LITORAL NORTE	GERÊNCIA LITORAL NORTE
214	DJP-1820	PEUGEOT	BOXER	VAN	BRANCA	2006	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE INTERVALES
215	DJP-1830	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2006	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	RESERVA EST. ÁGUAS DA PRATA
216	DJP-2430	GM	S10	CAMINHONETE	BRANCA	2005	DIESEL	DMI	INTERIOR CENTRO-NORTE	FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE
217	DJP-2450	VW	PARATI	PERUA	BRANCA	2005	FLEX	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
218	DJP-8540	FORD	RANGER	CAMINHONETE	BRANCA	2008	DIESEL	DLS	ALTO PARANAPANEMA	PE TURISTICO DO ALTO RIBEIRA
219	DNR-4640	HONDA	NXR150 BROS ES	MOTO	VERMELHA	2006	GASOLINA	DMI	INTERIOR OESTE	EEC PAULO DE FARIA
220	DUV-9410	HONDA	XR 250	MOTO	PRETA	2006	GASOLINA	DLS	LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA	PE DO PRELADO
221	FWN-8360	YAMAHA	XTZ 150 CROSSER	MOTO	BRANCA	2015	FLEX	DLN	VALE DO PARAIBA E MANTIQUEIRA	PE CAMPOS DO JORDÃO
222	FZL-7610	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	BRANCA	2015	FLEX	DLN	BAIXADA SANTISTA	PESM N.ITUTINGA PILÕES
223	DJP-4699	GM	CHEVROLET	CAMINHÃO	BRANCA	1988	DIESEL	DAF	FF/SEDE	FF/SEDE



4. AREA PREFERENCIAL DE ABASTECIMENTO

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
<u>ÁREA PREFERENCIAL</u>	Áreas circunscritas num raio máximo de 10 (dez) km das Unidades de Conservação, conforme anexo B.	01(um) posto credenciado, estruturado para fornecimento.
<u>MUNICÍPIOS</u>	São Paulo e Grande São Paulo.	01 (um) posto credenciado por Município, sendo que para os municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, deverá manter, no mínimo, 03 (três) Postos credenciados.
<u>RODOVIAS</u>	Estradas pavimentadas Estaduais e Federais localizadas no Estado de São Paulo.	01 (um)posto credenciado a cada 150 (cento e cinquenta)km nas estradas pavimentadas Estaduais e Federais localizadas no

4.1. Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas acima, o prazo para credenciamento deverá ser de, no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

Elaborado por:

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

LUÍS MARCELO MUNDURUCA
Setor de Transportes



ANEXO - PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADA

TIPO	QUANTIDADE MENSAL ("L", "m³", "unidade") -1	PREÇO UNITÁRIO (R\$) -2	PREÇO TOTAL (R\$) (1)X(2)=(3)
COMBUSTÍVEIS			
Gasolina comum ¹	536	R\$ 4,50	R\$ 2.411,46
Etanol ¹	11391	R\$ 2,72	R\$ 31.029,08
Disel Comum/ Aditivado ¹	4878	R\$ 3,52	R\$ 17.185,19
Disel S10 ¹	1000	R\$ 3,64	R\$ 3.642,00
Lavagem ²	25	R\$ 55,83	R\$ 1.395,75
Arla ³	1	R\$ 55,67	R\$ 55,67
Óleo de Câmbio ³	5	R\$ 40,00	R\$ 200,00
Óleo Hidráulico ³	4	R\$ 30,43	R\$ 121,72
Óleo de Motor ³	45	R\$ 45,49	R\$ 2.047,05
Fluído de Freio ³	2	R\$ 62,87	R\$ 125,74
Filtro de Ar ³	2	R\$ 162,35	R\$ 324,70
Filtro de combustível ³	2	R\$ 46,94	R\$ 93,88
Filtro de Ar Condicionado ³	1	R\$ 28,64	R\$ 28,64
Filtro de óleo ³	8	R\$ 63,20	R\$ 505,60
Palheta ³	3	R\$ 60,93	R\$ 182,79
Aditivo ³	1	R\$ 47,05	R\$ 47,05
TOTAL BRUTO (SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)			R\$ 59.396,32
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			(-1,50) %
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)			R\$ 890,94
TOTAL MENSAL (R\$)			R\$ 58.505,39
TOTAL EM 12 MESES (R\$)			R\$ 702.064,68

¹ Fonte: ANP (www.anp.gov.br)

² Fonte: Mercado – Mês Setembro/2018

³ Fonte: Mercado – Internet

Taxa de Administração - CADTERC



ANEXO II - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

À
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO E-150/2018
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

1) Após analisarmos os termos da licitação em referência, bem como as condições previstas no Termo de Referência (Memorial Descritivo) – Anexo I, propomo-nos a executar os serviços, objeto em referência, pelo valor total de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

TIPO	QUANTIDADE MENSAL ("L", "m³", "unidade") -1	PREÇO UNITÁRIO (R\$) -2	PREÇO TOTAL (R\$) (1)X(2)=(3)
COMBUSTÍVEIS			
Gasolina comum ¹	536	R\$ 4,50	R\$ 2.411,46
Etanol ¹	11391	R\$ 2,72	R\$ 31.029,08
Disel Comum/ Aditivado ¹	4878	R\$ 3,52	R\$ 17.185,19
Disel S10 ¹	1000	R\$ 3,64	R\$ 3.642,00
Lavagem ²	25	R\$ 55,83	R\$ 1.395,75
Arla ³	1	R\$ 55,67	R\$ 55,67
Óleo de Câmbio ³	5	R\$ 40,00	R\$ 200,00
Óleo Hidráulico ³	4	R\$ 30,43	R\$ 121,72
Óleo de Motor ³	45	R\$ 45,49	R\$ 2.047,05
Fluído de Freio ³	2	R\$ 62,87	R\$ 125,74
Filtro de Ar ³	2	R\$ 162,35	R\$ 324,70
Filtro de combustível ³	2	R\$ 46,94	R\$ 93,88
Filtro de Ar Condicionado ³	1	R\$ 28,64	R\$ 28,64
Filtro de óleo ³	8	R\$ 63,20	R\$ 505,60
Palheta ³	3	R\$ 60,93	R\$ 182,79
Aditivo ³	1	R\$ 47,05	R\$ 47,05
TOTAL BRUTO (SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)			R\$ 59.396,32
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			(-) %
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)			
TOTAL MENSAL (R\$)			
TOTAL EM 12 MESES (R\$)			

2) O preço acima é final e nele estão incluídos todos os custos, tributos, taxas, encargos sociais e demais despesas relativas ao serviço objeto da Licitação, de forma a se constituírem nas contraprestações a ser paga pela Fundação Florestal.

3) Declaramos estar de acordo com todos os termos do Edital e seus Anexos, bem como não existir nenhum fato impeditivo para celebrar contrato com a Fundação Florestal.





FUNDAÇÃO FLORESTAL

4) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação à Fundação Florestal.

5) Os serviços serão executados pelo período de 12 (doze) meses, conforme definido no Termo de Referência (Memorial Descritivo) - Anexo I deste Edital.

6) O pagamento será efetuado conforme indicado no Anexo I – Termo de Referência.

São Paulo, _____ de _____ de 2018.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Identificação ou Carimbo da Empresa licitante





ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1 MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL (em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999; e
- c) cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III.2
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME
AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;





FUNDAÇÃO FLORESTAL

- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)





FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO III.3
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)





ANEXO III.4
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO IV - PORTARIA FF/DE Nº 279/2018

Portaria FF/DE Nº 279/2018	
Dispõe sobre a aplicação das sanções decorrentes dos procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal	Data de Emissão: 12/03/2018

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando as disposições das Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989

Considerando a importância em adotar, no âmbito da Fundação Florestal, uma padronização na aplicação de sanções;

Considerando a busca da eficiência no serviço público através da descentralização de atribuições; Considerando que o procedimento e aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, no âmbito da Diretoria Executiva propiciará a celeridade do exame originário e recursal da matéria; e, Considerando o disposto no item 3, do § 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 48.999/2004;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - No âmbito da Fundação Florestal, a aplicação das sanções de natureza pecuniária, de advertência, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de declaração de inidoneidade, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, I, II, III e IV, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os artigos 79, 80 e 81, I, II, III e IV, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, e o impedimento de licitar e contratar com a Administração e a multa, a que se refere o artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá às normas estabelecidas na presente Portaria.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil nº 52, de 19 de julho de 2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

**CAPÍTULO II
DOS PRAZOS**

Artigo 4º - O prazo para apresentação de defesa prévia em observância ao disposto no artigo 87, §§ 2º e 3º da Lei federal nº 8.666/93, artigo 10 do Decreto estadual nº 61.751/15 bem como na Resolução CC-52/05 será de:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando a sanção proposta for de advertência, multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas respectivamente nos incisos I, II e III do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93;

b) 10 (dez) dias, quando a sanção proposta for de declaração de inidoneidade nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei federal nº 8.666/93, ou de impedimento de licitar e contratar com o Estado e multa prevista no artigo 7º da Lei federal 10.520/02.

Artigo 5º - Da decisão que sancionar a licitante ou a contratada, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Artigo 6º - Na contagem dos prazos para defesa prévia e recurso excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Artigo 7º - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução do objeto contratual será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Fundação Florestal.

**CAPÍTULO III
DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS**

Artigo 8º - As condutas consideradas infrações passíveis de serem sancionadas são:

I – Nos termos, respectivamente, do caput dos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93:

- a) O atraso injustificado na execução do contrato;
b) Inexecução total ou parcial das obrigações contratuais.

II – Nos termos do artigo 7º da Lei federal nº 10.520/02:

- a) Não celebrar a contratação dentro do prazo de validade da respectiva proposta;
b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;





- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

Artigo 9º - O atraso injustificado igual ou superior ao prazo estipulado na contratação para entrega do objeto será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.

Artigo 10 - A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% do valor total corrigido da avença.

CAPÍTULO IV DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 11 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, assim como o atraso injustificado ou sua execução irregular, poderá, garantida a defesa prévia, ser aplicada à contratada as seguintes sanções:

I - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

II - Para licitações/contratações regidas pela Lei federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- b) multa.

Artigo 12 - As sanções de suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão, também, ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela Lei federal nº 8.666/93:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuírem idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Artigo 13 - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 14 - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 15 - A adjudicatária/contratada, em razão de sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em decorrência de nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Artigo 16 - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DA SANÇÃO DE MULTA

Artigo 17 - A pena de multa será assim aplicada:

I - de 30% (trinta por cento) do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;

II - de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 1% (um por cento) do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, para atrasos de até 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela;
- b) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado na contratação para entrega do objeto ou de sua parcela, no que





exceder ao prazo previsto na alínea “a” deste inciso.

§ 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas “a” e “b”, do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.

§ 2º - A reincidência, nos termos previstos no parágrafo único, do artigo 28, desta Resolução, referente ao descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa acrescida em 100% sobre seu valor.

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

§ 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no § 3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

Artigo 18 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 19 - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.

Parágrafo único - o valor da multa deverá ser recolhido, através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da Fundação Florestal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

Artigo 20 - A multa pecuniária pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, do inciso I, e na alínea “a”, do inciso II, todos do artigo 11 da presente Resolução.

DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Artigo 21 - As hipóteses para aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstas no inciso III, do artigo 87, da Lei federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002, são:

I - atraso na entrega de bens e serviços de escopo;

II - não entrega de bens e serviços de escopo;

III - descumprimento ou abandono das obrigações contratuais em se tratando de serviços contínuos;

IV - outros descumprimentos das obrigações contratuais.

Artigo 22 - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso I, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo I, desta Resolução.

Artigo 23 - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso II, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo II, desta Resolução.

Artigo 24 - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso III, do artigo 21 será efetuado em conformidade com o Anexo III, desta Resolução.

Artigo 25 - O cálculo do tempo da sanção aplicável na hipótese prevista no inciso IV, do artigo 21 será calculado, caso a caso, considerando-se as peculiaridades do mesmo, seu efeito perante o interesse público e os objetivos da Administração, sempre se pautando pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 26 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada considerando as características de cada caso, suas peculiaridades e pautando-se pelo princípio da legalidade, devendo, obrigatoriamente, serem justificadas no processo administrativo e endossadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO V

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

Artigo 27 - Caso seja constatado, nos autos do processo administrativo, que o inadimplemento trouxe prejuízos ou transtornos à Administração, a sanção aplicável nas hipóteses versadas nos artigos 17 e 21, I, II e III, calculada nos termos dos artigos 22 a 25 será acrescida de 100%, o mesmo acontecendo caso haja o descumprimento total das obrigações contratuais, seja pela não execução integral do objeto contratual, seja pelos motivos previstos nos termos dos artigos 9º e 10º, desta Resolução.

Parágrafo único - Para fins desta Resolução, entende-se por prejuízo, não só em relação à questão financeira, mas, também, ao princípio da eficiência almejada pela Administração.

Artigo 28 - A reincidência no descumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação da sanção prevista nos artigos 22 a 25, desta Resolução, acrescida de 50%.

Parágrafo único - Para fins desta Resolução, considera-se reincidência, o fato da empresa contratada ter inadimplido, nos termos do artigo 21 desta Resolução, no período de 12 (doze) meses, contados da aplicação de sanção anterior (prevista no artigo 87, III, da Lei federal nº 8.666/93, artigo 81, III, da Lei estadual nº 6.544/89 e no artigo 7º, da Lei federal nº





10.520/02) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e a ocorrência do fato gerador da sanção atual.

Artigo 29 – Na hipótese de haver mais de uma circunstância agravante, ambas serão calculadas nos termos dos artigos 22 a 25, somando-se os acréscimos previstos nos artigos 27 e 28.

CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA

Artigo 30 - É competente para aplicar, no âmbito da Fundação Florestal, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Portaria, o ordenador de despesa, o Diretor Executivo da Fundação.

Artigo 31 - A competência para aplicar a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, a que se refere o artigo 87, inciso III, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o artigo 81, inciso III, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, é do Diretor Executivo.

Artigo 32 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no art.87, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/1993 e no art.81, inciso IV, da Lei estadual nº 6.544/1989, é de competência do Diretor Executivo.

Artigo 33 – No caso de contratação advinda de Sistema de Registro de Preços – SRP, a sanção de multa será conduzida no âmbito do Órgão Participante e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão, enquanto que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração será conduzida no âmbito do Órgão Gerenciador e a penalidade será aplicada pela autoridade competente daquele Órgão.

Artigo 34 – Compete ao Diretor Executivo da Fundação Florestal a competência para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado, estabelecida no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35 - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 36 - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:

I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;

II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

Artigo 37 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico www.esancoes.sp.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso à Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP e aos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual, e no caso da penalidade de inidoneidade o próprio sistema deverá registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Artigo 38 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 39 - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 40 - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 41 – O Diretor Executivo da Fundação Florestal poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Fundação Florestal, no cumprimento das disposições desta Portaria.

Artigo 42 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria FF/DE nº 230/2014.

**Walter Tesch
Diretor Executivo da Fundação Florestal**

A PORTARIA Nº 279, DE 20/03/2018 poderá ser acessada na íntegra pelo link:

<http://fflorestal.sp.gov.br/portaria-ff-de-n-279-2018/>



ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO n.º 906/2018
PREGÃO ELETRÔNICO E - n.º 150/2018
CONTRATO n.º

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO
ENTRE Clique aqui para digitar texto., **POR MEIO DO(A) _____** E Clique aqui para digitar texto., TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

O(A) Clique aqui para digitar texto., por intermédio do(a) Clique aqui para digitar texto., doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada(o) pelo Senhor(a) Clique aqui para digitar texto., RG nº Clique aqui para digitar texto. e CPF nº Clique aqui para digitar texto., no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e Clique aqui para digitar texto., inscrita no CNPJ sob nº Clique aqui para digitar texto., com sede Clique aqui para digitar texto., a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Senhor(a) Clique aqui para digitar texto., portador do RG nº Clique aqui para digitar texto. e CPF nº Clique aqui para digitar texto., em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a **prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de etanol, gasolina comum, diesel comum, diesel ativado, diesel S10, e serviços complementares**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início na data de expedição da autorização de serviços pelo CONTRATANTE, observando o cronograma de implantação estabelecido no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em





especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data estabelecida para início dos serviços, em conformidade com a Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

PARÁGRAFO SEXTO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;



- III - fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- X - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
- XV - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- XVI - submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- XVII - bem como todas as exigências, condições e obrigações de responsabilidade do CONTRATADA estabelecidas no edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:





- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe, além das obrigações e responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo Termo de Referência (**Anexo I**), o seguinte:

- I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV – expedir a autorização de serviços.
- V - bem como todas as exigências, condições e obrigações de responsabilidade do CONTRATANTE estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS





O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativo.

CLAUSULA OITAVA-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário _____, de classificação funcional programática _____ e categoria econômica _____.

PARAGRÁFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Após o término de cada quinzena do mês, sendo que a primeira corresponde ao período do 1º ao 15º dia do mês, e a segunda ao período do 16º ao último dia do mês, a CONTRATADA deverá apresentar na quinzena em referência um relatório analítico discriminando os abastecimentos, troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços realizados no período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

I. No primeiro dia útil subsequente à quinzena em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados, contendo as seguintes informações:





- a) Identificação do posto credenciado (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- c) Hodômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço;
- d) Tipo de combustível;
- e) Tipo de serviço (troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços);
- f) A data e hora da transação;
- g) Quantidade de litros e/ou m³, quando houver abastecimento com GNV;
- h) Valor da operação de abastecimento;
- i) Valor da operação do serviço; e
- j) Identificação do condutor (nome e registro funcional).

II. O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

III. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- a) A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pela Taxa de Administração "**T**"(%) () na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.
- b) A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade (conforme fórmula abaixo) ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo CONTRATANTE.

$$Pq = 1 + \frac{T}{100} \times G, \text{ onde:}$$

"Pq" = valor total do pagamento em uma determinada quinzena;

"T" = taxa de administração;

"G" = gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento e prestação de serviços da frota de veículos na quinzena.

IV. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou do negociado diretamente pelo CONTRATANTE com o posto credenciado.

V. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição quinzenal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS e de Previdência Social, a Gerência Administrativa – GA/ Setor de Transportes da Fundação Florestal, localizado na Av. Professor Frederico Hermann Junior, 345 – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, 1º andar, prédio 12., em conformidade com sistemática de medições prevista na Cláusula Nona deste instrumento.



I. A CONTRATADA deverá emitir notas fiscais/faturas separadamente; a primeira detalhando o valor total dos combustíveis (etanol, gasolina, diesel e/ou gás natural veicular) e a segunda detalhando os óleos lubrificantes, filtros e demais serviços prestados à frota do CONTRATANTE, bem como o valor correspondente aos serviços de gerenciamento prestados no período.

II. Os pagamentos das notas fiscais/faturas serão efetuados nos seguintes prazos:

- a) Referentes aos combustíveis serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período quinzenal de execução dos serviços (Decreto Estadual no 43.914/1999 alterado pelo Decreto Estadual nº 44.781/2000).
- b) Referentes aos óleos lubrificantes, filtros e demais serviços e do valor correspondente aos serviços de gerenciamento no prazo de 30 (trinta) dias, sempre contados a partir da data final do período quinzenal de execução dos serviços (Decreto Estadual nº 32.117/1990, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 43.914/1999).
- c) A não observância do prazo previsto para apresentação das notas fiscais/faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, conta nº _____, Agência nº _____.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporais*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, bem como a comprovação de regularidade perante a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:





- a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
- b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
- b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
- c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
- d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração





de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

- I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:
 - a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
 - b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.
- III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.





FUNDAÇÃO FLORESTAL

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em** _____ () **vias** de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, _____ de _____ de 20XX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)

